

Abreu sugere suspensão da dívida

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, vai pedir amanhã ao presidente Sarney, em São Luís, a suspensão temporária da conversão da dívida externa porque, segundo informou, "relançar a economia sem pré-requisitos de estabilização é uma temeridade". O grande objetivo da medida, para ele, é minimizar a colocação de títulos do Governo. Vai sugerir também o veto a alguns pontos do Orçamento da União, por serem inconstitucionais.

Abreu preferiu não definir prazos para a suspensão da dívida, disse apenas que este é um problema imediato que deve ser discutido e aprofundado com o Ministério da Fazenda. Explorou não ser contra a conversão formal e informal da dívida, mas, no momento, a suspensão é mais adequada.

A reforma administrativa não consta da pauta de discussões com o presidente Sarney. O ministro disse que o principal

assunto será a discussão dos orçamentos das estatais e da União, que tiveram que ser revistos pelos técnicos da Secretaria de Orçamento e Finanças, depois das alterações feitas pelo Congresso.

A viagem do ministro estava inicialmente marcada para hoje às 9h, com chegada prevista para o meio-dia, em São Luís. Mas ontem, às 21h, ele decidiu adiar para quarta-feira, porque ainda havia pontos pendentes no orçamento da União. Omultiplicador de nove algarismos colocado pelo Congresso, embutindo a inflação de 10 por cento ao mês, ao desindexar o orçamento, dificultou os cálculos de compatibilização despesa/receita.

Abreu reuniu-se até tarde da noite com o secretário de Orçamento e Finanças, José Ribas Neto, e com Ivan Siqueira Lima, titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais

(SEST) revendo os dois orçamentos.

ESTATAIS

Siqueira Lima admitiu que o orçamento das estatais, que prevê investimentos de Cr\$ 10,8 bilhões, em 89, dos quais Cr\$ 2,7 bilhões de fontes alternativas, poderia ser revisto pelo ministro. "Fizemos um orçamento sob o nosso ponto de vista e o das empresas, mas ele pode ainda alterá-lo", afirmou.

Ao comentar a possibilidade do Bird concretizar a ameaça de não liberar 500 milhões de dólares destinados à Eletrobrás, Siqueira disse que a saída será trabalhar com fontes alternativas internas como, por exemplo, taxas reais de tarifas de eletricidade. Informou que o comitê técnico do pacto social vai se reunir no dia quatro para discutir a questão do reajuste real de sete por cento para o setor elétrico.